

# FELIZ ANO VELHO

Bia Barbosa  
Jornalista

Fotos: Daniel Garcia



*Novo Reitor toma posse, declara vitoriosa a gestão anterior e sinaliza perspectivas de mais quatro anos de conservadorismo na USP. O colégio eleitoral restrito e o governador fixaram-se no nome do professor Adolpho Melfi. A escolha paritária, exercício democrático registrado na imagem acima, foi ignorada pelo sistema*

**N**o dia 23 de novembro, o novo Reitor tomou posse e deu início aos trabalhos da gestão que, como afirmou, deve manter alguns programas da administração Marcovitch, a qual considera vitoriosa. O ex-vice-reitor, agora autoridade máxima da USP, teve o nome confirmado pelo governador Geraldo Alckmin três dias depois da votação final no colégio eleitoral, que o colocou na cabeça da lista tríplice.

O professor da Escola Superior de Agronomia Luis de Queirós dividiu os louros com os professores Erney Plessman de Camargo, do Instituto de Ciências Biomédicas, e Antonio Marcos Massola, diretor da Escola Politécnica, que apareceram respectivamente em segundo e terceiro lugares na lista resultante do segundo turno de votação.

Foram necessários três escrutínios para que a relação se estabelecesse. Nas duas primeiras votações o professor Melfi não conseguiu a maioria simples necessária. Na terceira, recebeu 145 votos. O professor Plessman obteve 107 votos, e o professor Massola, 85. O resultado não surpreendeu: afinal, o vice-reitor já aparecia como favorito no resultado da votação do primeiro turno. Mas a composição da lista diferiu. A pró-reitora de Graduação, professora Ada Pellegrini, que havia sido a segunda mais votada no primeiro turno, atrás do professor Melfi apenas 24 votos, ficou de fora e amargou um quinto lugar no segundo turno.

Enquanto a votação seguia em

clima de festa para 245 eleitores dentro da Reitoria, do lado de fora 150 estudantes se manifestavam contra o formato das eleições e pediam por diretas para Reitor. Em assembleia, eles haviam decidido que os representantes discentes nos conselhos não participariam do processo, por considerá-lo anti-democrático. “Tínhamos duas opções: entrar e votar nulo e não votar”, explica Rodrigo Suñer, estudante de Ciências Sociais e um dos coordenadores do Diretório Central

*O sistema eleitoral da USP pode ser definido nos bastidores e de forma alguma coloca em risco a oligarquia da universidade*

dos Estudantes. “Optamos por deixar claro que nosso descontentamento era com o processo, e não com os candidatos”.

Eleições diretas do Reitor são uma antiga bandeira da comunidade acadêmica, renovada pelo VI Congresso de Estudantes (2000) e pelo IV Congresso da USP (2001). O objetivo é garantir que todas as vozes da USP sejam ouvidas num processo cuja decisão é de interesse direto de todos. O professor Jacques Marcovitch, então reitor, renunciou-se contrariamente às eleições diretas, mostrando uma pesquisa que fez com 28 universidades

de países do Primeiro Mundo. Em sua maioria, elas não adotam um modelo de eleição para Reitor por via do voto direto e paritário. Mas Francisco Miraglia, professor titular do IME que fez pós-graduação na Universidade de Oxford, na Inglaterra, conta que até hoje participa das votações da escola, enviando seu voto pelo correio.

As vozes da USP têm sido sufocadas desde a elaboração do novo Estatuto da USP, em 1988. Depois de sua aprovação, as consultas à comunidade por ocasião das sucessões na Reitoria não mais aconteceram. Até outubro de 2001. Na semana anterior ao primeiro turno oficial, Adusp, Sintusp, APG e DCE promoveram a Escolha Paritária do Reitor, marcando a volta da participação efetiva de professores, alunos e funcionários nas eleições.

Votaram 6.399 membros da comunidade da USP — e o professor Jair Borin, chefe do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes e membro do Conselho Editorial da Revista Adusp, venceu com 3.334 votos, seguido pelos professores Massola e Ada Pellegrini. O professor Borin obteve 44,15% dos votos válidos. O objetivo da Escolha Paritária do Reitor, além de lutar pela democracia na universidade com a eleição de um representante de toda a comunidade, foi despertar a consciência da importância da interação política no meio acadêmico, que vem sendo desestimulada pela atual estrutura de poder da USP.

Uma estrutura que sequer con-

sidera o resultado da Escolha Paritária. No resultado final do processo institucional de escolha do Reitor, o professor Borin ficou em sétimo lugar e a história se repetiu mais uma vez. Em 1981, o professor Dalmo Dallari obteve 18 mil votos paritários, mas não constou na lista tríplice que chegou às mãos do governador. Em 1985, a votação paritária apontou Guilherme Rodrigues, Dalmo Dallari e José Goldemberg. Na lista enviada para o governador Montoro, produto do colégio eleitoral, apareceu apenas o último.

Tamanha divergência em relação aos anseios da comunidade só é possível num sistema de eleição como o da USP, que pode ser definido previamente nos bastidores e que de forma alguma coloca em risco a oligarquia da universidade. A maioria dos candidatos que participaram da recente sucessão do Reitor não era de marinheiros de primeira viagem. Esta era a terceira candidatura do professor Plesman, e a segunda, por exemplo, dos professores Melfi, Massola e Gil da Costa Marques.

No processo eleitoral institucional da USP, 98% dos interessados são excluídos da votação. Este colégio é formado de 86,6% de professores, 8% de estudantes e 5,4% de servidores, num total de cerca de 1.400 pessoas que compõem as congregações e os conselhos centrais. No segundo turno, o eleitorado é ainda mais reduzido e chega a 0,4% da comunidade, na proporção de 85% de professores, 14% de alunos e 1% de servidores. Ali, só votam os integrantes do



**O reitor Adolpho Melfi**

CO e dos quatro conselhos centrais: 280 pessoas.

Mesmo dentro da categoria dos docentes, a maioria quase que absoluta dos eleitores é constituída por professores titulares, prova de que o processo institucional de eleição do Reitor da USP está distante de ser um exercício de democracia. “Esse tipo de colégio dá muita margem ao clientelismo”, afirma a professora Magda Carneiro, do ICB,

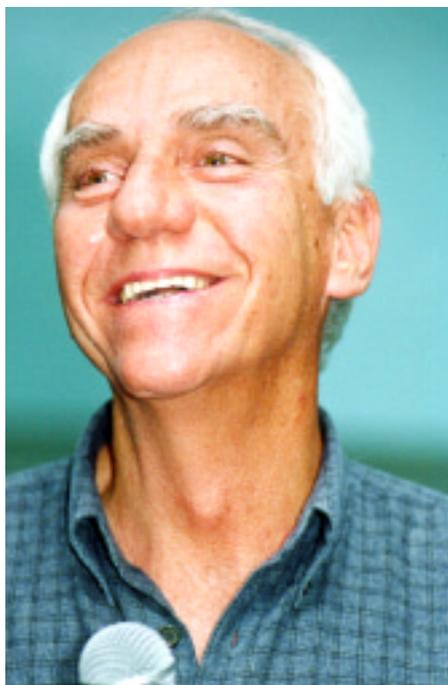
também candidata a Reitora na sucessão recém ocorrida. “Ali, perpetuam-se as equipes de dirigentes, que durante suas gestões indicaram pessoas, liberaram verbas e cargos.” Este nível de comprometimento interfere no resultado das eleições

e pode mudar completamente o resultado do primeiro turno. Na segunda etapa do processo, o vice-reitor contou com apoio do pró-reitor de Pesquisa, professor Hernan Chaimovich, também candidato, e o professor Massola, com o apoio do professor Plesman. Mas todos afirmaram que não houve troca de favores e cargos futuros durante o processo.

O formato da escolha do Reitor da USP é o mais

anti-democrático entre as estaduais paulistas. Os estatutos da Unicamp e da Unesp definem que todos os professores, estudantes e funcionários têm direito a voto para eleger o dirigente máximo da universidade. Na Unicamp, o peso dos votos de

*Na Unesp e Unicamp,  
todos os professores,  
estudantes e  
funcionários têm direito  
a votar na eleição  
do Reitor*



**Professor Jair Borin**

cada categoria segue a proporção de 60%, 20% e 20%. Na Unesp, é de 70%, 15% e 15%. Antes da LDB, de 1996, as eleições na Unesp eram paritárias. Hoje, seguem o que está previsto em lei para as universidades federais brasileiras.

A falta de democracia na USP é tão grande que uma simples reportagem do *Jornal do Campus*, enfocando exatamente as eleições nas estaduais paulistas, foi motivo para que o reitor Jacques Marcovitch chamasse o orientador da publicação, professor José Coelho Sobrinho, para uma conversa em seu gabinete. “Ele disse que não estava satisfeito com a reportagem porque tínhamos atacado diretamente o Estatuto da USP e que isso traria danos para a universidade”, conta o repórter Julián Fuks, um dos autores da matéria. A intenção da reportagem era justamente provocar uma discussão que resultasse em melhorias para

## DENTRO DO “CASTELO MEDIEVAL”

A Reitoria ganhou o apelido depois de colocar intimidantes grades em uma de suas entradas. Entrar lá para fazer a cobertura do segundo turno das eleições não foi fácil. Mas eu mal sabia o que me esperava lá dentro... Um exército de seguranças aguardava na porta. Com a credencial de imprensa, consegui passar a catraca. Comecei meu trabalho perguntando para o chefe da segurança o número de homens que trabalhavam naquela tarde. Quando soube que era da Revista Adusp, não me respondeu e me mandou procurar o assessor de imprensa da USP. Antes de encontrá-lo, aproximei-me do professor Walter Colli, presidente da comissão eleitoral, que naquele momento dava entrevista para a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*.

A cena repetiu-se: ao escutar minha primeira pergunta, o professor Colli quis saber “de onde” eu era, e ao ouvir o nome da revista, disse: “Preciso tomar cuidado com você, então”. Respondi afirmando que trabalhava com a mesma ética que meus colegas de profissão ali presentes. “Mas a sua revista, não”, retrucou Colli. O prêmio do dia foi o professor convidar apenas os jornalistas das publicações da grande imprensa a acompanharem a apuração do lado de dentro do CO. A Revista Adusp não era bem-vinda. Reclamando, consegui entrar. **(Bia Barbosa)**

a universidade. Não houve qualquer menção sobre o fato nas páginas do jornal.

Nos quatro anos do professor Marcovitch à frente da USP, atitudes deste tipo foram freqüentes. A Reitoria está processando administrativamente nove estudantes que participaram da ocupação do Conselho Universitário (CO), quando seria votada a regulamentação das fundações. Uma resolução aprovada no CO acaba de instituir a pena de exclusão da universidade para quem organizar manifestações que possam perturbar o processo eleitoral. Para quê liberdade de expressão? “Deveríamos fazer uma mobilização muito forte dentro da universidade, cobrando mudanças na estrutura de poder da USP”, reage o professor Borin.

Se depender das instâncias de decisão da universidade e de sua vontade de acabar com o conservadorismo na USP, serão mais quatro anos de mãos atadas. Na reunião de 4 de setembro do CO, a proposta da Congregação do IME de eliminação da lista tríplice na eleição de diretores e vice-diretores de unidade perdeu por 47 votos a 32. “Tenho a impressão de que os quatro anos da próxima gestão serão difíceis”, avalia a professora Pellegrini. “Vejo poucas pessoas dispostas a administrar conflitos e qualquer vontade política de mudança encontrará muita resistência”. A propósito: o professor Melfi não encontrou espaço em sua agenda para falar à Revista Adusp. Preparem-se. A era Melfi já começou.